

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 7

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

7

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 7 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-064-3

DOI 10.22533/at.ed.643192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA	
<i>Najila Thomaz de Souza</i>	
<i>Renata Soraia de Paula</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922011	
CAPÍTULO 2	12
A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: DILEMAS E DESAFIOS IMPOSTOS PELA SOCIEDADE BRASILEIRA	
<i>Francisca Thamires Lima de Sousa</i>	
<i>Leila Moraes Nogueira Azevedo</i>	
<i>Leida Cabral Nascimento Silva</i>	
<i>Ana Karolina Pinheiro Carvalho da Silva</i>	
<i>Thalyne Dutra Falcão</i>	
<i>Maria dos Reis Araújo Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922012	
CAPÍTULO 3	22
A PRODUÇÃO DE LEITE NA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ/MA E AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO CAMPESINATO EM ATIVIDADES MERCANTIS	
<i>Jonatha Farias Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922013	
CAPÍTULO 4	37
CAPITALISMO FLEXÍVEL X DIREITOS TRABALHISTAS	
<i>Veneranda Acosta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922014	
CAPÍTULO 5	48
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO NO BRASIL: DAS EXPERIÊNCIAS PONTUAIS À FORMAÇÃO DE UM FÓRUM EMPRESARIAL LGBT	
<i>João Bosco Hora Góis</i>	
<i>Kamila Cristina da Silva Teixeira</i>	
<i>Francisco José Mendes Duarte</i>	
<i>João Luis Alves Pinheiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922015	
CAPÍTULO 6	59
FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990	
<i>Daniele de Fátima Amorim Silva</i>	
<i>Talita de Sousa Nascimento</i>	
<i>João Carlos Souza Marques</i>	
<i>Jainne Soares Coutinho</i>	
<i>Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922016	

CAPÍTULO 7	72
IDEOLOGIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: EM BUSCA DO ESTATUTO ONTOLÓGICO	
<i>Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio</i>	
<i>Lenha Aparecida Silva Diógenes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922017	
CAPÍTULO 8	83
MEDIDAS DE ATIVAÇÃO NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: RETORNO À ADMINISTRAÇÃO DO MÉRITO?	
<i>Juan Felipe Alves de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922018	
CAPÍTULO 9	91
O PROCESSO DE AUTOMAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO BANCO DO BRASIL	
<i>Roosevelth Ramos Barroso Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922019	
CAPÍTULO 10	103
OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E A COMPREENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Joselita Olivia da Silva Monteiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220110	
CAPÍTULO 11	111
PALMAS, OPORTUNIDADES PARA QUEM? “CONCURSEIROS” EM BUSCA DO SERVIÇO PÚBLICO	
<i>Rute Andrade dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220111	
CAPÍTULO 12	125
PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM STARTUPS EM SÃO LUÍS, MA	
<i>Heitor Natividade Oliveira</i>	
<i>Carla Vaz dos Santos Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220112	
CAPÍTULO 13	142
PRONATEC NO PARÁ: A PERFORMANCE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE O DECLARADO E O CUMPRIDO	
<i>Erbio dos Santos Silva</i>	
<i>Maria do Socorro Vasconcelos</i>	
<i>Genilda Teixeira Pereira Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220113	
CAPÍTULO 14	156
REDE DE INCUBADORAS DE EMPRESAS NA REGIÃO AMAZÔNICA: DESENVOLVIMENTO E EMPREENDEDORISMO LOCAL NO ESTADO DE RONDÔNIA	
<i>Gabriele Aires da Silva</i>	
<i>Samuel dos Santos Junio</i>	
<i>Emi Silva de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220114	

CAPÍTULO 15	168
TRABALHO E QUALIFICAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE <i>Aldo Vieira Ribeiro</i> DOI 10.22533/at.ed.64319220115	
SOBRE A ORGANIZADORA	183

A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: DILEMAS E DESAFIOS IMPOSTOS PELA SOCIEDADE BRASILEIRA

Francisca Thamires Lima de Sousa

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Centro de Ciências Sociais Aplicada (CCSA),
São Luís - Ma

Leila Moraes Nogueira Azevedo

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
São Luís - Ma

Leida Cabral Nascimento Silva

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
São Luís - Ma

Ana Karolina Pinhero Carvalho da Silva

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Centro de Ciências Sociais Aplicada (CCSA),
São Luís - Ma

Thalyne Dutra Falcão

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Centro de Ciências Sociais Aplicada (CCSA),
São Luís - Ma

Maria dos Reis Araújo Souza

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Centro de Ciências Sociais Aplicada (CCSA),
São Luís - Ma

RESUMO: Este artigo versa sobre o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, sua luta por autonomia e igualdade nos espaços de atuação profissional e reconhecimento. Sob o viés da perspectiva crítico dialética, objetiva contribuir com o avanço teórico em relação a

esta temática que vem sendo alvo de debates nos diferentes campos de estudo, pois se percebe que na contemporaneidade ainda há muitos desafios a serem superados nos espaços ocupacionais de trabalho e que com o avanço do capital acirrou-se também as desigualdades entre os gêneros.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Mercado de trabalho. Emancipação.

ABSTRACT: This article deals with the process of insertion of women in the labor market, their struggle for autonomy and equality in the spaces of professional performance and recognition. Under the bias of the critical dialectical perspective, with the aim of contributing to the theoretical advance in relation to this subject that has been the subject of debates in the different fields of study, because what is perceived is that in the contemporary there are still many challenges to be overcome in the occupational spaces of work and that with the advancement of capital also the inequalities between the genders were exacerbated.

KEYWORDS: Genre. Job market. Emancipation.

1 | INTRODUÇÃO

Historicamente, as mulheres desempenharam um papel voltado para o

cuidado da casa e da educação dos filhos e com real dependência financeira da figura do homem: o único provedor e que podia exercer atividades no espaço público; tal dependência tem favorecido a situação de submissão e acirrado as relações de poder e gênero.

Com a Revolução Industrial, as mulheres conquistaram espaço no seio industrial inicialmente como artesãs nas fábricas de tecidos; ainda considerada como sexo frágil, desenvolvia apenas as atividades que não exigissem desgaste físico excessivo, além de ter seus salários bem mais inferiores que os salários dos homens. As mulheres que antes não tinham o acesso à educação formal, pois lhe era negada, começam aos poucos a se questionar e a buscarem meios para adentrar nesses espaços.

Em 1930, deu-se início à busca de novos espaços de atuação fora do contexto privado da casa; inicialmente, tais atividades foram mal vistas pela sociedade que ainda tinha um olhar conservador sobre o papel da mulher refletindo diretamente na baixa remuneração e no não reconhecimento de suas capacidades para desempenhar tais tarefas fora do espaço familiar. Nas famílias com perfil patriarcal, segundo a ideologia dominante, a palavra e opinião masculina imperavam por absoluto e determinados comportamentos femininos que ousasse contrapor-se era tido como rebeldia. Nesse período ela já tinha de manter uma dupla jornada ao conciliar o trabalho doméstico com o desenvolvido fora da casa.

A partir da I e II Guerra Mundial, as mulheres já realizavam praticamente as mesmas funções que os homens, sendo cada vez mais crescente o número de mulheres inseridas na indústria, ainda que permanecesse notória a distinção salarial. Com o avanço do capitalismo, houve aumento e diversificação dos campos de atuação destinados às mulheres, o que exigiu que estas aspirassem a melhores graus de escolaridade para que pudessem competir no mercado e viessem a assumir esses postos de trabalho.

No Brasil, atualmente é visível o aumento de mulheres ativas no mercado de trabalho, seu crescente grau de escolaridade, as mudanças ocorridas em relação à vida familiar, a redução do número de filhos e as exigências em relação às funções a serem ocupadas por elas, as leis que a protegem e sua total autonomia financeira. Essa conquistas são reflexos do movimento feminista que tanto lutou em prol da igualdade e autonomia das mulheres em relação aos homens.

O intuito deste trabalho é contribuir para com o avanço teórico sobre a questão do processo histórico de inserção da mulher no mercado de trabalho fazendo menção aos dilemas e desafios impostos pela sociedade brasileira capitalista, identificando suas formas de enfrentamento.

Para análise do objeto de estudo foi adotado como método de pesquisa o materialismo histórico dialético, sustentado pelas categorias historicidade, totalidade e contradição, no qual decompus o objeto em partes de menor complexidade, reconstruindo-o.

Nessa esteira, parto da premissa de que as relações de poder e conseqüentemente de desigualdade de gênero, em especial as que prevalecem nos espaços ocupacionais de trabalho devem ser rompidas, tendo em vista a democratização de direitos e a emancipação feminina, bem como seu reconhecimento por parte da sociedade e dos homens, os quais não aceitam passivamente as novas relações construídas ao longo da história.

2 | INSERÇÃO DO TRABALHO FEMININO NO UNIVERSO PRODUTIVO

As mulheres têm se inserido em campos de trabalho ocupados prioritariamente por homens, sobretudo em cargos de liderança/chefia buscando aos poucos ocupar seu espaço. É notável o crescimento da escolaridade entre elas e um declínio em relação aos homens, de acordo com dados do IBGE:

Em 2009, entre o 1,057 milhão de mulheres desocupadas e procurando por trabalho, 8,1% tinham nível superior. Houve aumento na escolaridade dessas mulheres, visto que em 2003, em média, 5,0% tinham nível superior. Esse crescimento resulta do aumento da escolaridade de uma forma geral. (IBGE, 2009)

Diante desses dados, constata-se que elas vêm se afirmando e conquistando um espaço que é seu por direito, resultado de lutas lideradas por movimentos de mulheres e feministas contra o não reconhecimento de suas capacidades e o preconceito que ainda vigoram na sociedade.

Entretanto, a inserção do trabalho feminino no universo produtivo exigiu da mulher uma dupla jornada de trabalho ao conciliar os afazeres domésticos com o trabalho fora de casa e ainda encontram tempo para se capacitar. É necessário pontuar que, mesmo desenvolvendo inúmeras atividades em seu cotidiano elas não deixam de ser comprometidas e de prestar um serviço com qualidade e eficiência de forma ágil e responsável; entretanto, suas potencialidades não são sempre reconhecidas e as atividades desenvolvidas por elas são cobradas com um maior grau de exigência, o que não garante o reconhecimento da mesma.

A respeito disso, Macedo acrescenta que

a mulher enfrenta as mesmas coisas que o homem; tem que ser tão competente quanto eles e saber lidar com todas as situações. Sem esquecer que ainda tem que enfrentar jornadas duplas; sendo preciso, após o trabalho, ter tempo para se dedicarem a suas casas, marido, filhos, entre outras coisas. (MACEDO, 2009, p.1).

Nesta perspectiva, à mulher contemporânea é exigido conciliar múltiplas atividades em espaços diferentes (local de trabalho e casa) e conseqüentemente "provar" sua competência em ambos os espaços. Entretanto, ainda há mulheres "prisioneiras do lar", considerando que não conseguem administrar este grande dilema: conciliar o

cuidado dos filhos e as tarefas domésticas com a profissão.

Sobre isso, Whitaker (1998, p.13) reforça que ainda existe uma parcela de mulheres que por razões diversas não conseguem sequer buscar ou obter trabalho fora de casa, mas que nem sempre essa dificuldade está associada diretamente à dominação do marido; o sentimento de culpa em ter que abandonar o lar ainda se faz presente, postura impregnada historicamente pela definição dos papéis do homem e da mulher na sociedade.

Outro ponto a ser destacado é que elas são mais vulneráveis ao desemprego que os homens e encontram mais dificuldades para se inserir e se manter no mercado de trabalho. Sobre isso, pesquisa de emprego e desemprego realizada pelo IBGE e pelo Dieese revelou que "as mulheres são as primeiras a serem demitidas nos momentos de crise, além de terem mais dificuldade de recolocação. As mulheres negras possuem desvantagens ainda maiores, pois além da discriminação em relação ao sexo, são vítimas do racismo" (INSTITUTO ETHOS, 2004, p.17).

O desenvolvimento tecnológico e industrial possibilitou às mulheres a entrada nos espaços acadêmicos buscando maior qualificação profissional e conseqüentemente maior acesso à informação, sobretudo quanto aos seus direitos. Ressalta-se ainda que a participação na vida acadêmica fortaleceram os espaços de organização da classe e a luta por melhores condições de trabalho.

Destaca-se ainda que a inserção da mulher na vida produtiva e no mundo do trabalho tem impelido algumas mulheres a adiar seus projetos pessoais como casar e ter filhos e com isso a procura pelos programas de planejamento familiar tem sido frequente. Assim, a conquista de sua independência financeira e econômica é priorizada em detrimento de outros interesses.

Nesta perspectiva, as mulheres atuais estão mais ousadas se comparadas às mulheres de antigamente e os homens vêm deixando de serem os únicos provedores da casa, levando a sociedade a levantar questionamentos a cerca dessas relações. No século é perceptível a mudança nas relações familiares onde os homens estão dividindo os afazeres domésticos, os cuidados e a educação dos filhos.

Para MAURO, "isso já ocorre nos países desenvolvidos e no Brasil já há cerca de 22,5 milhões de homens que cuidam da casa" (MAURO et al., 2002).

Por outro lado, há ainda evidência do preconceito sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho como identificado nas considerações de Nascimento

Apesar de ter ganhado muito, a mulher também perdeu de forma significativa algumas de suas características. Adquiriram direitos praticamente iguais ao dos homens, porém perderam a sensualidade, a feminilidade e a sensibilidade, deixando-as mais duras e menos responsáveis consigo, com os filhos e com os maridos. Hoje as mulheres querem agir como homens, adquiriram hábitos masculinos, como por exemplo: fumar, beber, embriagar, usar drogas, tatuagens, falar palavrões. O sexo para elas se tornou algo banal e rotineiro, podendo ser feito mesmo fora do relacionamento conjugal. Envolvimento emocional é um termo proibido para elas. Além disso, com suas atitudes, estão deixando muitos

homens relaxados preguiçosos, alguns até efeminados, já que em muitas famílias são atribuídas aos homens, as tarefas domésticas e as mulheres vão trabalhar (NASCIMENTO, 2008).

perceptível na fala do autor, o viés preconceituoso e o descaso em relação ao trabalho feminino, ao afirmar que elas não conseguem conciliar sua atividade e deixam de lado a casa e os filhos.

Quanto à sensibilidade e à sensualidade destacada pelo autor, ressalta-se que elas embora conciliem inúmeras atividades ainda tem tempo para se cuidarem, sobretudo em relação à sua saúde que os homens; por isso, estão vivendo mais.

Em contraposição ao pensamento acima, Assis destaca que,

atualmente, em busca de um novo paradigma, muitas empresas investem em mulheres para atuarem em seus quadros (...). Como principais características no perfil de liderança feminino, pode ser destacada a sensibilidade, a intuição, a organização, a flexibilidade, o detalhismo, a tranquilidade, etc. Entretanto, o que mais chama a atenção para a forma de liderança da mulher é a grande preocupação com o indivíduo, ou seja, há uma forte transparência (...). A mulher busca a satisfação de todos os envolvidos na organização, compartilhando as informações e abrindo espaço para que os colaboradores compartilhem suas opiniões, reforçando assim, a valorização do indivíduo. Não há cargo nos dias de hoje que a mulher não possa ocupar. Já provaram serem tão competentes quanto os homens no que diz respeito ao mercado de trabalho. Agora, resta a mulher, comemorar a vitória, o sucesso e o grande destaque no mundo empresarial, pois, lutaram por isso, e são merecedoras de suas conquistas (ASSIS, 2015, p.14).

Nas empresas, sejam elas públicas ou privadas, há uma tendência em absorver esse novo perfil de liderança feminina para os cargos de gestão e gerenciamento de pessoas, abrindo assim, novos espaços sócio-ocupacionais para as mulheres.

2.1 O cenário do trabalho feminino e a precarização da mulher trabalhadora

A sociedade brasileira nos últimos anos passou por significativas transformações de cunho social, econômico e cultural. O crescimento da economia, a urbanização e a rápida industrialização foram fatores determinantes para o crescimento econômico do país que dinamizou sua industrialização e modernizou o setor produtivo.

A cerca desse processo de transformações BARRETO e CARLOTO acrescentam que

todo este processo, porém, não modificou o quadro de exclusão social, de baixos salários, ao contrário, aumentou as desigualdades sociais e a concentração de renda, já que estas transformações se deram nos marcos, já colocados, de uma nova organização do trabalho e de uma reestruturação produtiva que vem provocando o declínio de formas protegidas de emprego, o desemprego e o surgimento de novas alternativas de trabalho, em geral, sem cobertura legal (BARRETO; CARLOTO, 1988).

Essas transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho são frutos do desenvolvimento do capitalismo e respectivamente das forças produtivas, o que vem exigindo novas relações trabalhistas entre empregadores e empregados.

O rápido processo de industrialização do país vem provocando uma reestruturação produtiva que traz consigo drásticas mudanças nas relações de trabalho e gênero provocadas por meio de uma reconfiguração nas relações sociais de trabalho.

Nas últimas décadas, com o processo de globalização, houve a necessidade de se implantar novos projetos com a finalidade de se aumentar a produção e respectivamente as formas de contenção do capital. A implantação de políticas de cunho neoliberal foi adotada por atenderem estas exigências, provocando alterações nas formas de produção e gestão do trabalho.

De acordo com NEVES,

(...) os novos padrões de gestão do trabalho desenvolveram-se sustentados, centralmente, na flexibilização. Desta maneira, ocorreu uma crescente transformação do contrato trabalhista, demonstrada nas diversas formas flexíveis do emprego e do mercado de trabalho. Estas práticas assumem diferentes configurações, como a terceirização, o emprego temporário, a subcontratação, a informalidade, as cooperativas de trabalho, as atividades autônomas e inúmeras formas de trabalho assalariado disfarçado (NEVES et al., 2007).

Nesta perspectiva foi necessária a implantação de novas exigências no mundo do trabalho como as econômicas e tecnológicas, menos rígidas e mais flexíveis. A precarização do trabalho nesse sentido surge por meio dessas novas exigências com a implantação de políticas liberalizantes que trazem como consequências o desemprego estrutural, devido à falta de qualificação profissional dos trabalhadores, exigindo grau mais elevado de escolaridade. Como se pode perceber, há uma mudança no perfil dos trabalhadores para atender às exigências mercadológicas. Por outro lado, os vínculos de trabalho se tornam frágeis, precarizados e flexíveis com escassas leis que garantam os direitos trabalhistas e que inibam a instabilidade para um grande número de assalariados, sobretudo às mulheres.

Alguns estudos têm apontado que:

o aumento da participação das mulheres, cujo trabalho tem se concentrado na ponta da cadeia produtiva com acentuada precariedade, caracteriza-se também pela combinação de uma ampla variedade de condições de trabalho com níveis bastante diferenciados de qualidade, remuneração e estabilidade, e, mais uma vez, com uma pronunciada divisão sexual do trabalho (LEITE et al., 2007, p. 14).

Ressalta-se, portanto, que as formas de reestruturação produtiva e a introdução de novas tecnologias não alteraram as formas de entrada de homens e mulheres no mundo do trabalho, mas reforçou as situações de subordinação da mulher nas novas relações sociais de trabalho e gênero. O autor traz ainda importantes contribuições ao relatar que

as formas de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho revelam as representações sobre o gênero masculino e feminino construídos culturalmente, ou seja, essas representações culturais são a base da divisão sexual do trabalho, estabelecendo "os lugares" a que estão destinados homens e mulheres desde a inserção no mercado de trabalho, as estratégias de qualificação e os postos de trabalho a serem ocupados. (NEVES et al., 2007, p. 15).

No Brasil, a divisão sexual do trabalho ainda é recorrente, pois a sociedade ao longo da história vem reproduzindo orientações diferenciadas a homens e mulheres em relação a suas ocupações e reforçando a divisão social de papéis através da família, da escola e da mídia. Assim, é visível que há certos cargos que ainda são eminentemente femininos e outros masculinos, prevalecendo a forte divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista, popularmente conhecido como "guetos ocupacionais".

Neste sentido, a precarização da mulher no mundo do trabalho e suas implicações, não pode ser analisada sem que se leve em conta a divisão sexual do trabalho, gênero, flexibilidade e as mudanças que ocorreram no Brasil desde o século XX ao XXI na indústria.

De acordo com HIRATA existem três fatores que contribuem com a precarização do trabalho:

1) ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais: o trabalho informal nos países do Sul concerne a atividades realizadas sem proteção social (previdência social, aposentadoria), férias, etc. O mesmo ocorre com um certo número de empregos do setor de serviços nos países do Norte (trabalhadores domésticos, faxineiras, etc.); 2) horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade; por exemplo, uma mulher que trabalhe em tempo parcial, mesmo tendo um contrato por tempo indeterminado, pode ser considerada como alguém que exerce um trabalho precário; 3) níveis baixos de qualificação: a ausência de qualificação formal e a conseqüente baixa renda levam, em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego. (HIRATA, 2009, p.26).

Esses fatores não são percebidos só no Brasil e se fazem presente em vários países com repercussão mundial. As mulheres fazem parte da categoria de trabalhadores que mais se expõem e tendem a ser precarizadas em função de sua ocupação tanto no setor formal quanto no informal e ainda por serem maioria nesses espaços; a precarização materializa-se na não valorização e na baixa remuneração, tornando-as mais vulneráveis à demissão e conseqüentemente contribuindo diretamente para sua instabilidade no trabalho, conforme visto anteriormente.

Cita-se ainda que a precarização da mulher no mercado de trabalho é estimulada ainda pelos contratos temporários, fruto das novas relações trabalhistas e do ideário liberalizante. Segundo HIRATO "esta modalidade de contratação provoca uma forte insegurança no emprego, na carreira, na renda e nas perspectivas de formação e de representação sindical" (HIRATO, 2009, p.28).

A contratação temporária afeta principalmente os trabalhadores de classe média baixa com pouca escolaridade, obrigando-o à submissão de longas jornadas de trabalho, com abdicação dos direitos trabalhistas em troca de um salário que às vezes não supre nem as suas necessidades mais básicas. É interessante pontuar ainda que nesses casos prevalecem a divisão do trabalho por sexo e a ocupação de posições inferiores ou desfavoráveis das mulheres em relação aos cargos ocupados pelos homens e suas respectivas responsabilidades.

O aumento dos postos de trabalho destinado às mulheres tem contribuído com a precarização do trabalho feminino e suas vulnerabilidades; a esse respeito HIRATA (2009, p. 31) discorre que

eles são frequentemente instáveis, mal remunerados e pouco valorizados socialmente. As possibilidades de promoção e de carreira são quase nulas para esses trabalhadores e os direitos sociais atinentes são frequentemente limitados ou inexistentes, tanto na Ásia e Europa quanto na América Latina.

As novas exigências impostas pelo mercado de trabalho acentuaram ainda mais as desigualdades entre homens e mulheres no competitivo mercado de trabalho expondo principalmente as mulheres às vulnerabilidades. Atualmente as empresas preferem empregar as mulheres não pelas suas qualificações ou sua competência, mas tendo em vista a substituição da mão-de-obra masculina pela feminina. Os homens compõem uma categoria de trabalhadores bem remunerados e sua substituição pela presença feminina traz vantagens para a empresa, sobretudo por que ainda é mão-de-obra barata desenvolvendo as mesmas funções que antes eram ocupadas pela figura masculina. Essa constitui, portanto, uma nova forma de exploração do trabalho feminino.

Nesta perspectiva, reforça-se que com o avanço do capitalismo, avança-se também nas formas de exploração da mão-de-obra, as quais vêm se redefinindo de acordo com o contexto histórico; as mulheres atualmente vêm sendo as vítimas, e é por este motivo que vem crescendo o número de leis que buscam assegurar o bem-estar da mulher nesses espaços, bem como políticas de emprego e renda.

3 | CONCLUSÃO

difícil ainda para uma parcela da sociedade, sobretudo aqueles que detêm ainda um discurso preconceituoso e machista, reconhecer que as mulheres a partir de sua introdução no mercado de trabalho se auto sustentem, rompa paradigmas, ocupe espaços historicamente ocupados pelos homens e promova alterações nas relações familiares ao deixarem de lado sua dependência e construam uma autonomia política e econômica. A luta pelo poder é o que dificulta a emancipação das mulheres e a construção de relações consistentes que rompam com o patriarcado, dando margem a novos projetos de transformação social.

Para certos postos de trabalho havia uma rejeição por parte dos patrões em inserir mulheres e hoje são muito requisitadas para a ocupação dentro da empresa; os homens em contrapartida estão ficando de lado e insatisfeitos, o que acarreta na elevação da violência intra-familiar e no aumento dos casos de assédio sexual nos espaços de trabalho. A solução de um problema gera outros, isso é reflexo da concorrência e da disputa entre os sexos e do desejo de ser melhor e estar à frente um do outro.

As lutas travadas pelas mulheres em busca de romperem os paradigmas citados acima não acabam por aqui e nem se resumem aos problemas e desafios citados acima; eles vão muito além, pois é parte de uma totalidade histórica em constante processo de construção e transformação.

O capitalismo, seus avanços e entraves são partes dessa totalidade que trazem novos hábitos, na cultura, nas relações sociais e principalmente nas relações de produção e trabalho.

A inserção da mulher no mercado de trabalho foi marcada por inúmeros embates e desafios; hoje, com a evolução das forças produtivas e das relações sociais de trabalho pode-se dizer que elas ainda têm um longo caminho a percorrer rumo à superação de dilemas e barreiras que as impedem de exercer sua cidadania, conforme previsto nos aparatos legais.

No Brasil, as mulheres ainda precisam superar inúmeros desafios impostos pela sociedade e pelos espaços de trabalho que absorvem mão de obra feminina, dentre eles podemos destacar a remuneração inferior pela mulher se comparada a remuneração recebida pelo homem pelas mesmas atividades exercidas; a resistência em absorver essa mão de obra nas indústrias de base em algumas atividades como as de engenharia, aviação, eletromecânica e na mineração; as oportunidades de capacitação que ainda são restritas e dificultadas pelas empresas a essas trabalhadoras e por fim a abertura nos espaços democráticos de participação e decisão que ainda são restritos.

Com tantos desafios superados e ainda a superar as mulheres estão ingressando no universo produtivo em números cada vez mais crescente e dominando certas áreas o que vem provocando a feminização do trabalho.

REFERÊNCIAS

ASSIS, R.H. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho** . VI Congresso Virtual

Brasileiro de Administração. Disponível em:

<http://www.convibra.com.br/2009/artigos/140_0.pdf> .Acessado em: 17 mar. 2017.

BARRETO, M. CARLOTO, C.M. Saúde das Trabalhadoras. **Cadernos Sempreviva**. SOF.

São Paulo, 1998.

IBGE, acesso: **Informações sobre a mulher no mercado de trabalho**

<<https://www.ecodebate.com.br/2010/03/09/ibge-divulga-informacoes-sobre-a-mulher-no-mercado-de-trabalho/>>. Acessado em: 17 mar. 2017.

HIRATA, H. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho**. Sociologias, 14 jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222009000100003&script=sci_arttext> Acessado em: 17 mar. 2017.

O compromisso das empresas com a valorização da mulher. Instituto Ethos, São Paulo, set. 2004.

LEITE, M. P et al. Tecendo a precarização: gênero, trabalho e emprego na indústria de confecções de São Paulo. Caxambu, 2007.

MACEDO, V. **Mulher: de sexo frágil a sexo ágil!** Catho, ed. 305, set. 2009. Disponível em:

<<http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/>> Acessado em: 15 mar. 2017.

MURARO, R. M. et al. **Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças**. 3. e.d. Rio de Janeiro. Sextane, 2002.

NASCIMENTO, J. As conquistas das mulheres. Disponível em:

<<http://www.artigonal.com/cotidiano-artigos/as-conquistas-das-mulheres-386778.html>>.

Acesso em: 01 mar. 2017.

NEVES, M. A. et al. Gênero, flexibilização e precarização do trabalho na indústria de confecções. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n.1, p.11 - 34, jan/abr 2007.

WHITAKER, D. **Mulher e homem: o mito da desigualdade**. São Paulo: Moderna, 199.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-064-3

